



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000364327

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2055392-17.2025.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é agravante VERA LUCIA DO NASCIMENTO, é agravado BANCO DO BRASIL S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 20ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ROBERTO MAIA (Presidente), LIDIA REGINA RODRIGUES MONTEIRO CABRINI E ÁLVARO TORRES JÚNIOR.

São Paulo, 11 de abril de 2025.

ROBERTO MAIA
Relator(a)
Assinatura Eletrônica

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REVISIONAL DO PASEP. DECISÃO INDEFERINDO A JUSTIÇA GRATUITA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPROVIMENTO.

I. Caso em Exame

Agravo de instrumento interposto contra decisão que indeferiu pedido de justiça gratuita em ação revisional do PASEP. A agravante busca a reforma da decisão, mas não apresentou documentação comprobatória de sua hipossuficiência.

II. Questão em Discussão

2. A questão em discussão consiste em verificar se a agravante comprovou a insuficiência de recursos para concessão da justiça gratuita.

III. Razões de Decidir

3. O agravo não pode ser provido, pois não há comprovação convincente da necessidade do recorrente. A autodeclaração de pobreza não é suficiente sem evidências nos autos.

4. A recorrente não apresentou os documentos requisitados, mesmo após prazo concedido nesta instância, afastando a presunção de veracidade da autodeclaração de hipossuficiência.

IV. Dispositivo e Tese

5. Agravo de instrumento desprovido. Tese de julgamento: 1. A autodeclaração de pobreza deve ser acompanhada de comprovação documental para concessão de justiça gratuita. 2. A ausência de documentação afasta a presunção de hipossuficiência.

Legislação Citada:

CF/1988, art. 5º, LXXIV

CPC, art. 99, §2º

VOTO Nº 33514

RELATÓRIO:

Trata-se de agravo de instrumento interposto por *Vera Lucia do Nascimento* contra a r. decisão a fls. 65/66 da origem que, em “*ação revisional do PASEP*” em face de *Banco do Brasil S/A.*, indeferiu o benefício da justiça gratuita à recorrente.

Irresignada, busca a agravante a reforma da decisão.

Foi concedido efeito suspensivo ao recurso e determinada a vinda de documentação complementar a fls. 09/11.

Contudo, o agravante deixou transcorrer *in albis* o prazo para cumprir a determinação, conforme certidão a fls. 14.

FUNDAMENTAÇÃO:

O agravo não pode ser provido, posto não haver aqui comprovação convincente da efetiva necessidade da recorrente.

Conforme adiantado na v. decisão que recebeu este recurso, a simples autodeclaração de pobreza não é suficiente para a concessão do benefício da gratuidade judiciária, se não restar evidenciada nos autos a efetiva condição de necessidade.

A Lei nº 1.060/50, que dispensava tal demonstração de necessidade, tal qual o superveniente Código de Processo Civil, não podem prevalecer sobre a Constituição Federal.

Confira-se o disposto no seu art. 5º, LXXIV:

Art. 5º, LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos; (negrito não original)

No presente caso, a requerente, ora agravante, se diz hipossuficiente para arcar com os custos inerentes à prestação jurisdicional e requer, por isso, a gratuidade de justiça.

Contudo, recebido o recurso, este relator determinou a fls. 09/11 a juntada dos seguintes documentos, "(A) as íntegras declaração de imposto de renda dos últimos dois anos; (B) "Relatório de

*Contas e Relacionamentos” do Bacen indicando suas contas bancárias (Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro – “CCS”, devendo-se conferir mais informações na página sobre “Registrato” no site do Bacen), devendo tornar-se “usuário ouro”, se o caso; **(C)** os extratos de movimentação bancária dos últimos dois meses de **todas** as contas constantes do relatório do item anterior e/ou declaração de próprio punho e assinada, sob as penas da lei, declarando que não possui acesso às contas de sua titularidade informadas no relatório, elencando-as expressamente; **(D)** cópia da CTPS atualizada, com indicação da folha de identificação, última anotação e folha imediatamente seguinte; **(E)** comprovante de renda atualizado (**referência: mês anterior e mês atual**)”. – **com grifo no original.***

No presente caso, em que pese a determinação expressa de juntada dos documentos acima, a recorrente deixou transcorrer *in albis* o prazo para tanto, conforme certidão a fls. 14.

Ora, se quando do recebimento do recurso este relator considerou que os documentos já juntados na origem não eram suficientes à apreciação da alegada hipossuficiência, por óbvio continuam não sendo agora.

Nesse sentido, a agravante não se desincumbiu satisfatoriamente do seu ônus, em que pese tenha sido concedida oportunidade para tanto, o que afasta a presunção de veracidade da autodeclaração de hipossuficiência, nos termos do art. 99, §2º do CPC. Assim, diante de todos esses elementos, é o caso de desprover o agravo de instrumento.

DISPOSITIVO:

Diante do exposto, voto pelo **desprovimento ao agravo de instrumento.**

ROBERTO MAIA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relator
(assinado eletronicamente)